

CONSEQUÊNCIAS DO USO DE FORÇAS ARMADAS PRIVADAS DURANTE A GUERRA CIVIL DE SERRA LEOA¹

Daniel Correia Abreu Junior²

Resumo: Com a atual dinâmica do capitalismo, uma onda frequente de privatização e terceirização de diversos serviços, como os exércitos estatais em que se espera ter como principal atuação a presença do Estado como executor e condutor de suas ações, as Empresas Militares Privadas se mostram cada vez mais uma alternativa à nações de se posicionarem nas zonas de conflitos.

A guerra civil em Serra Leoa teve como causa, diversos fatores, incluindo a desigualdade social e a exploração de recursos naturais, como diamantes e minérios. Durante a guerra, empresas militares privadas foram contratadas para atuar nas zonas de conflito, o que gerou impactos negativos para a população civil, como violações de direitos humanos e aumento da violência. Além disso, a guerra teve graves consequências político-econômicas para o país, como a falta de transparência financeira na utilização dessas companhias, o que reforçou ainda mais o estado corrupto do país, e evidenciou a influências de países centrais no cenário político e econômico de Serra Leoa, principalmente no que tange a exploração das minas de diamantes e o comércio ilegal desse recurso.

Palavras-chave: Empresas Militares Privadas, guerra civil, Serra Leoa, privatização de exército.

Abstract: On the current capitalism dynamics, a frequent wave of privatization and outsourcing of various services, such as state armies in which the main role is expected to be the presence of the State as executor and conductor of its actions, Private Military Companies are increasingly showing themselves yet another alternative to nations positioning themselves in conflict zones.

The civil war in Sierra Leone was caused by several factors, including social inequality and the exploitation of natural resources, such as diamonds and ores. During the war, private military companies were hired to operate in conflict zones, which generated negative impacts on the civilian population, such as human rights violations and increased violence. Furthermore, the war had serious political-economic consequences for the country, such as the lack of financial transparency in the use of these companies, which further reinforced the country's corrupt state, and highlighted the influence of central countries in the political and economic scenario of Sierra Leone, mainly regarding the exploration of diamond mines and the illegal trade of this resource.

Keywords: Private Military Companies, civil war, Sierra Leone, army privatization.

¹ Artigo científico apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção de grau de Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação do Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes.

² Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Uberlândia.



Fonte: Google Maps (2023)

Serra Leoa, outrora colônia britânica até 1961, é um pequeno país do oeste da África com aproximadamente 8,4 milhões de habitantes (PNUD, 2023) e uma economia de cerca de US\$4 bilhões (World Bank, 2021). Isto coloca Serra Leoa no *ranking* global como 162º país em termos de PIB, sendo que seu PIB *per capita* é de US\$480,04 (World Bank, 2021), apenas reforçando o país como um dos mais pobres do mundo. Com um IDH de 0,452, ranqueado no 183º lugar de 189 países analisados, a situação social do país é extremamente crítica (PNUD, 2023). A expectativa de vida do país, muito conhecido pela sua extração de diamantes, é de 60 anos em média (PNUD, 2023). Todavia, durante sua guerra civil que ocorreu de 1991 até 2002, essa expectativa chegou a ser de 45 anos (PNUD, 2023), guerra essa motivada principalmente pela sua maior atividade econômica, que é a mineração de diamantes.

Em geral, o conflito civil em Serra Leoa foi a culminação de diversos fatores ocorridos no país, expondo uma ferida estrutural da sociedade que trouxe indignação e a ascensão da Frente Revolucionária Unida (FRU), grupo revolucionário liderado principalmente por Foday Sankoh com incentivo de Charles Taylor, ex-presidente da Libéria. Pelo país ter uma população jovem largamente

marginalizada e sem perspectivas de educação e futuro, esse grupo foi tratado desde sua formação como uma seqüela de toda a negligência do estado com a população, o que abriu brechas para o recrutamento desses jovens para as forças rebeldes que cresciam no país (JANG, 2012). A estimativa do número de mortos durante o conflito é incerta, entretanto um relatório feito por Mary Kaldor e James Vincent (s.d.) em nome do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, estima um número de cerca de 70 mil mortos durante a guerra civil, além de um deslocamento de mais de 2,6 milhões de pessoas para áreas fora do conflito.

Durante o conflito civil de Serra Leoa, diferentes Empresas Militares Privadas (EMPs) foram utilizadas em diferentes momentos. Logo, aqui será trabalhado o envolvimento delas e quais seus impactos na sociedade serra-leonina tanto na conjuntura específica da guerra, quanto seus impactos posteriores na sociedade. Dentre elas, podemos citar a Gurkha Security Group (GSG), uma empresa britânica contratada pelo governo para treinamento de soldados e assegurar bens da empresa Sierra Rutile, uma companhia mineradora australiana que atuava na região. A empresa teve uma atuação breve no país, principalmente pelo fato de dois de seus funcionários serem mortos pela FRU e pela falta de investidas ativas no conflito (FUCHS, 2007).

Outra empresa, uma das mais famosas e líderes de mercado, foi a Executive Outcomes (EO) que, em sua movimentação no país, chegou a trazer cerca de 300 soldados e foi utilizada como empresa de treinamento, proteção e combate ativo no conflito contra a FRU. Ela realizou um papel importante na retirada das tropas da FRU em certo momento. Posteriormente, a Sandline International atuou em Serra Leoa e possuía ligação com a EO, exercendo um papel importante durante o exílio do presidente Kabbah (presidente de 1996 a 1997 e 1998 a 2007) e atuando como empresa de segurança e combate para seu retorno ao país (FUCHS, 2007).

A hipótese do presente trabalho é em que a utilização de exércitos privados em Serra Leoa esteve sobretudo relacionada com as tentativas do governo central em tentar projetar poder em seu território face aos desafios impostos pelos insurgentes. Ademais, esta mesma utilização também esteve relacionada com interesses de atores domésticos e externos, particularmente Grã-Bretanha,

interessados em avançar interesses econômicos, particularmente relativos ao comércio de diamantes.

Como estrutura de trabalho, a primeira seção tratará da emergência das EMPs e as conceitua tipos, formas e atuação. Discute-se também quais as principais EMPs atuantes internacionalmente e o desenvolvimento para as novas formas de guerra. A segunda seção apresenta a guerra civil em Serra Leoa e quais foram os desdobramentos do conflito, para contextualizar a atuação das EMPs em seus respectivos momentos, além de trazer a contextualização em que o país se encontrava antes da guerra e as consequências dos embates. Na última seção é feita a análise do uso das EMPs durante a guerra em Serra Leoa, em que se mostra quais foram as empresas utilizadas, em quais momentos e quais suas consequências.

2. O Fenômeno Das EMPs

Existem diferentes tipos de empresas militares, e suas atuações são diferenciadas de acordo com Singer (2008), que as distingue em três formas. A primeira são as empresas militares denominadas “provedoras militares”, atuando na linha de frente do combate, ou seja, fazem parte da atuação tática do serviço e estão com envolvimento direto no conflito, fazendo justamente o papel de força armada. O segundo tipo está ligado a empresas consultoras de serviço militar, voltadas a estratégias e treinamentos das forças de conflitos, em que não atuam diretamente junto às tropas, mas estão ativamente nas forças estratégicas. O terceiro tipo está relacionado ao apoio militar, que são empresas que trabalham com fornecimento de recursos, logística, transporte, apoio técnico, entre outros, sendo as mais comuns ultimamente nos países elite, como Estados Unidos e Reino Unido (NASSER, PAOLIELLO, 2015).

Existe também a definição de empresas militares privadas e empresas de segurança privada. A primeira tem relação com os conflitos de guerra e atuação sobre os Estados a fim de serem uma extensão ou até substituição das tropas armadas, ou seja, exército de uma nação, além de também seguirem as tipificações já esclarecidas. Já a segunda, tem relação a uma definição de segurança voltada ao

policiamento não militar, como atuação na segurança pública, por exemplo. Nasser e Paoliello (2015) mostram que essa diferença é mais complexa de se ver em países fragilizados, em que os dois tipos podem se mesclar e as fronteiras entre as funções de cada uma passam a ser difíceis de serem definidas.

É registrado formalmente que a primeira empresa a prestar serviços militares atuou em 1967, principalmente nas frentes de treinamento de tropas estrangeiras. A Watch Guard International foi fundada pelo veterano de guerra Sir David Stirling, que lutou durante a II Guerra Mundial e era basicamente uma empresa que empregava veteranos de guerra assim como seu fundador Hillebrand (apud SCHREIER e CAPARINI, 2005, p.19).

O ponto da emergência e desenvolvimento das EMPs se entrelaça diretamente com a atuação dos mercenários. Renegados por uma má reputação de desertores e atuantes vinculados apenas ao dinheiro, esse grupo de atores conflitantes se diferenciam ligeiramente de uma EMP, que por sua vez se passa de forma mais “amigável” e aceita pelos governos e entidades internacionais.

Os mercenários possuem uma péssima reputação no cenário internacional, e isso é legalmente visto pelas entidades e instituições, como por exemplo a partir do Artigo 47 contido no Protocolo I do Acordo de Genebra de 1977, exposto por Hillbrand (2014). Os mercenários não possuem direito ao estatuto do combatente ou do prisioneiro de guerra, entretanto ainda são julgados antes de serem condenados. Além disso, esse grupo é amplamente visto como atores que focam apenas em ganhos pessoais e se estruturam de formas mais simplificadas do que as EMPs, que por sua vez trabalham com estruturas corporativas e financeiras muito mais complexas. Um exemplo disso é que as empresas possuem, em sua maioria, uma bancada de acionistas, conselho de direção, estruturas corporativas como recursos humanos, áreas operacionais, áreas financeiras etc.

Paoliello (2011) inclusive discute em seu artigo a diferenciação e legalidade das EMPs comparativamente à ação de mercenários, mostrando que as empresas não tomam partido frente ao conflito, e agem sob políticas dos estados contraentes. O que de certa forma pode ser ambíguo, uma vez que por ser um tema não tão disseminado e pouco regulado, cada nação regula esse tipo de atividade como bem entender. Um exemplo é os Estados Unidos que atrela sua política regulatória das

EMPs à política externa norte-americana. Já na África do Sul, as atividades dessas empresas são fortemente limitadas a ponto de impedir a atuação dessas empresas (PAOLIELLO, 2011)

Obviamente a discussão entre mercenários e EMP é muito mais profunda que apenas suas estruturas de funcionamento. Na verdade, está claro que ela foi se transformando no tempo para se adaptar em um mundo movido pela financeirização dos capitais e pela ótica neoliberal de aceitação, assim surgindo as EMPs.

Paoliello (2016) mostra que a maior utilização das EMPs veio principalmente após a Guerra Fria, quando houve um aumento da demanda do aparato bélico (armas e homens) em todo o mundo. Um exemplo disso são os dados mostrando 28 milhões de soldados no mundo em 1987 para 23 milhões em 1994. Entretanto, esse movimento não é exclusivo do fim da Guerra Fria pois, como Lock (apud Paoliello, 2016) afirma, esse é um movimento recorrente após grandes guerras internacionais. A desmilitarização de Estados causa o movimento de oferta e demanda por armas e soldados, uma vez que a dinâmica mundial de conflitos se altera, e esses recursos precisam ser absorvidos de alguma forma. Um dos argumentos contra esse movimento pós-guerra Fria é justamente a grande crescente de EMPs a partir de 2003 com a invasão do Iraque, em que houve o maior crescimento desse mercado.

Além disso, após a Guerra Fria, os Estados passaram a ter uma diminuição nos investimentos militares, o que conseqüentemente gerou uma diminuição no contingente dos exércitos³. Assim, com muitos soldados ociosos, e material bélico à disposição, se cria um ambiente propício para a formação das EMPs (HILLEBRAND, 2014). Além disso, existe uma grande retirada de vários exércitos de vários países no mundo e um aumento na demanda de seguranças de Estados dependentes que não mais contam com a presença daqueles que uma vez fizeram sua ocupação (HILLEBRAND, 2014).

Uessler (2008) mostra em seu livro o momento em que as EMPs surgem de maneira quase formal. O momento era por volta de 1995, quando o empresário inglês Tim Spicer, um veterano de guerras como a da Irlanda do Norte, Ilhas Maldivas e Bósnia, trabalhando em uma empresa britânica fez contatos por diversos

³ De acordo com o Stockholm International Peace Research Institute (2011), a Rússia diminuiu seus investimentos militares em 67%, Alemanha e EUA em 28%, Canadá e Reino Unido em 22%, comparando os anos de 1990 e 1999.

países no Oriente Médio e decidiu fundar a EMP Sandline International, uma das EMPs mais importantes do cenário em estudo.

A empresa de Spicer teve grande atuação durante os conflitos de Papua Nova Guiné, em que o governo contratou a empresa Sandline em 1997 para atuar frente à coalizão rebelde no país, que buscava independência. Os gastos do governo com a empresa na época, chegaram a mais de 36 milhões de dólares e a empresa atuou nas frentes de informação tática e conflito direto. Entretanto, a Austrália ficando a par do uso de EMPs pelo governo Papuásia, decide intervir no conflito por interesses na ilha, causando um golpe militar no país fazendo com que, segundo as palavras do autor, os “mercenários” fossem presos. Esse movimento levou Spicer à justiça, alegando falta de pagamento dos contratos assinados, e fez com que o governo cumprisse com seu acordo. Spicer ganhou o caso, alegando que o contrato estava de acordo com a lei (UESSELER, 2008, p.24). Spicer passou outros diversos escândalos e momentos delicados no cenário internacional. Como em 1998, quando foi acusado de contrabandear arsenal bélico para Serra Leoa, mesmo estando com embargo feito pelas Nações Unidas, a fim de bloquear seu comércio de armas (UESSELER, 2008, p.25).

É então nesse momento, no fim dos anos 90 e começo dos anos 2000, que o termo Empresa Militares Privadas toma conta dos cenários de conflitos de forma mais regularizada. Isso porque a partir de Spicer e sua Sandline, as EMPs passaram a ser conhecidas no cenário internacional e passaram a ser mais aceitas, uma vez que era muito cômodo para os países o uso de tais empreendimentos. Portanto é possível entender, e isso se torna um consenso entre os estudiosos, que os serviços privados do exército era algo já utilizado desde muito tempo, entretanto foi amplamente notável a partir do final do século XX, pela grande exposição dos conflitos naquele momento.

Atualmente, uma das maiores empresas militares e uma das mais analisadas nos estudos de discussões das EMPs, é a DynCorp International LLC, que nasceu pela fusão de outras duas empresas focadas em mercado área e logístico, tanto comercial quanto militar, a Land-Air Inc. e a California Eastern Airway (Paoliello, 2021). A empresa se destaca como uma das maiores no setor, principalmente pela sua atuação na guerra do Iraque, em que são estimados um

para cada 10 soldados nesse conflito, que faziam parte de iniciativa privada (PAOLIELLO, 2016). A DynCorp atuava em basicamente todas as frentes de trabalhos características de uma EMP, dando suporte logístico, estratégico e de combate. Paoliello (2016) estima que em 2011, 96% da receita total da DynCorp era proveniente de contratos com o governo dos Estados Unidos, ilustrando como a relação das EMPs estão fortemente atreladas aos governos dos estados, sendo estes seus maiores clientes.

Outra empresa de grande atuação é a Executive Outcomes (EO) que teve atuação em Angola. Esta companhia possui origem na África do Sul e foi contratada pela Angola após uma investida de paz estabelecida no país em 1992 e posteriormente utilizada pelo governo serra-leonino na sua guerra civil, principalmente após a abertura de sua atividade no conflito angolano. Um ponto importante a ter-se de comparação, era a diferença salarial que a EO pagava aos seus soldados, quando comparados ao governo sul-africano. A empresa tinha um pagamento entre US\$2.000 a US\$10.000, sendo este valor em média, cinco vezes maior que o da África do Sul e dez vezes maior que a média do continente africano.

Utilizando um contexto geral das EMPs e sua atuação, pode-se analisar algumas consequências de seu uso como Ospina (apud GOMES, 2021) mostra para o caso colombiano. Em 2000, a DynCorp era a empresa que atuava no país e que acobertou a morte de um de seus funcionários, Michael Demons, bem como uma encomenda de drogas enviada de Bogotá para sua sede nos Estados Unidos. Entretanto o que foi contado à sua família, por pessoas que sabiam o que realmente aconteceu, é que Demons foi morto por envolvimento com tráfico de drogas. Além disso, outro funcionário chamado Alexander Wakefiel foi dado como morto por um acidente de helicóptero que causou grande comoção durante o conflito. O governo dos Estados Unidos não quis se aprofundar no caso, pois isso iria fragilizar a relação deles com a EMP, dificultando mais ainda sua ação na Colômbia. Estes exemplos endossam o argumento de Gomes (2023), quando diz que o envolvimento das EMPs em zonas de conflitos causa uma sensação de maior poder, o que faz com que essas companhias se envolvam em ações paralelas, o que resulta em casos como os citados anteriormente.

Outra consequência do uso das EMPs, agora na esfera burocrática, é visível quando a empresa de combustível e energia, Texaco, contratou a Defence Systems Ltd. para treinamento militar de uma tropa de seguranças, na Colômbia em 1997, a fim de que essa tropa protegesse seus territórios e negociações. A Defence Systems tinha negociações de armamentos com a Silber Shadow, de Israel, que não eram protegidos ou validados por quaisquer responsabilidades jurídicas da Colômbia ou Estados Unidos. Dessa forma, as empresas atuavam como bem entender, fora do radar de legislações e regulamentações, que posteriormente não houve processos dentro da esfera nacional ou internacional (OSPINA apud GOMES, 2023). Feita essa contextualização, podemos então passar ao contexto específico de Serra Leoa, a ser explorado na próxima seção.

3. Serra Leoa e a Guerra Civil

De início já é possível afirmar que Serra Leoa possuía uma dinâmica econômica extremamente complexa, considerando que sua maior atividade econômica, a extração de diamantes, é feita de forma ilegal e corrupta (apenas 10% dos diamantes eram comercializados para o exterior de forma legal) (LE BILLON apud BARROS FILHO, 2015). Esse contexto favoreceu apenas uma pequena parcela da população, que justamente está no controle dessa comercialização. Para entender melhor a dinâmica do conflito, é preciso entender antes o contexto em que o país se encontrava e quais foram as decorrências para o estourar da guerra, que teve como marco a invasão do sudeste do país pela FRU.

Serra Leoa foi uma central de captura de escravos da África pela Grã-Bretanha no final do século XVII, sendo utilizada como ponto de referência no oeste africano, principalmente pelos seus portos naturais que serviam como ponto de entrada e saída do continente (HIRSHC apud BARROS FILHO, 2015). Naquele momento, existiam diversos grupos étnicos dentro do país, dentre eles os Krios, que eram um grupo com descendências afro-europeia com pouca representatividade em quantidade de pessoas, sendo apenas 3% da população total, mas que era muito beneficiada pela população europeia que havia invadido o país (TAYLOR apud BARROS FILHO, 2015).

Os britânicos, que dominavam a capital do país, Freetown, incorporaram as fronteiras de Serra Leoa ao seu território para favorecer as rotas de comércio, principalmente alavancadas pela construção de ferrovias. Essas regiões fronteiriças foram cada vez mais exploradas, tornando-se mais pobres enquanto Freetown se tornava mais rica e moderna. Os Krios foram cada vez mais incorporados em posições do governo e eram extremamente mal vistos pelo restante da população serra-leonina, juntando isso ao fato de sua marginalização, esses grupos passaram a se identificar como abandonados e desgovernados (SILBERFEIN *apud* BARROS FILHO, 2015).

Serra Leoa teve sua independência em 1961, fazendo com que a capital e as regiões das fronteiras fossem unificadas. O governo inicial era de Milton Margai que logo passou para Siaka Stevens do Partido do Congresso de Todo o Povo (PCTP), que teve sua gestão marcada por políticas anti-separatistas violentas, sendo que foi nesse governo também que o mercado de diamantes foi marcado por incentivos a uma maior exploração e processos de ilegalidade na sua comercialização. Obviamente o governo era beneficiado por essa dinâmica ilegal, que desviava o dinheiro para seus próprios interesses e de nada favorecia a população. Ao decorrer dos anos o PCTP se manteve no poder, que em 1985 teve como líder do país Joseph Momoh, gerando cada vez mais uma revolta na população marginalizada que era a maioria naquele momento, fazendo com que a guerra civil eclodisse em 1991 (WYROD *apud*, BARROS FILHO, 2015).

Em 1987 a FRU foi criada como uma força de revolta da população, principalmente com os jovens do país, que não tinham nenhum tipo de perspectiva de futuro, vivendo em péssimas condições de vida e fartos da corrupção do governo e de uma elite dominante naquele momento. A Frente, liderada por Foday Sankoh, tinha como maior objetivo derrubar Momoh do poder e implementar um sistema democrático com a liberdade de diversos partidos para as eleições.

A FRU foi idealizada nas fronteiras entre Serra Leoa e a Libéria, em que teve grande contribuição da Frente Patriótica Nacional da Libéria (FPNL), principalmente de seu líder Charles Taylor, que naquele momento estava com planos de tirar do poder liberiano o seu líder Samuel Doe. A FPNL entrou em acordo com a

FRU para o envio de armas e treinamento militar para o exército que se formava ali. Em troca a FRU iria ajudar na retirada de Doe do governo liberiano (FUCHS, 2015).

Entre alguns estudiosos do assunto, existe um consenso que Charles Taylor tinha grande interesse nas linhas de comércio de Serra Leoa e na extração de diamantes, assim era contra o governo atual pois Momoh ameaçava intervir na Libéria e diminuir os poderes de Taylor na região. Dessa forma Taylor agiu por ambição e vingança, financiando e ajudando a FRU em sua ascensão e execução (BARROS FILHO, 2015). Fica claro que esses motivos existem, mas não são as causas finais dos conflitos, na verdade são as consequências de uma sociedade marginalizada, que a partir disso decidem formar grupos para intervir da forma que lhes convém para mudar aquela realidade. Se for feita uma análise ainda mais profunda, se questionando por que esses países se encontram dessa forma, fica claro que é uma herança de enorme exploração, intervenção e domínio de poder por outros países que uma vez ali se aproveitaram de diferentes recursos, naturais e humanos.

Em 23 de março de 1991 a FRU invade Serra Leoa pela fronteira com a Libéria, marcando o início do conflito civil. A Frente rapidamente ganha espaço no país, uma vez que o exército do Estado era despreparado e não conseguia lidar com as forças revolucionárias da FRU. A Frente foi amplamente conhecida pelo sequestro de crianças e por corrompê-las a lutarem a seu favor. Além disso, a FRU espalhava o uso de drogas nas comunidades como meio de fuga das pessoas, fazendo com que a única saída que elas tinham era se juntar à Frente e combater o governo (SINGER, 2008).

As tropas do governo não conseguiam se equiparar ao poder da FRU, principalmente pelo despreparo e porque os soldados recrutados eram totalmente alienados e marginalizados, fazendo com que houvesse pouca resistência no avanço da FRU pelo país. Para tentar aumentar seu poder, o Estado tentou recrutar criminosos já fichados e crianças, da mesma forma que a FRU. Entretanto, esse movimento não deu certo, pois a maioria dessas pessoas eram pagas com pouquíssima comida e pequenas partes de *marijuana*, fazendo com que o exército cada vez mais viesse a se dissolver (SINGER, 2008).

Em 29 de abril de 1992, ocorre um golpe e a deposição de Momoh do governo. Quem sobe ao poder é o Capitão Valentine Strasser, que tinha pouco mais de 20 anos na época e liderava o Conselho Nacional de Provisório de Regulamentação (CNPR) (KALDOR, VICENT, s.d.). Nesse momento, a partir de um exército bastante fragilizado, o CNPR contrata a primeira EMP para atuar no conflito, a Gurkha Security Group (GSG) que vai treinar e ordenar as forças armadas do país (SINGER, 2008).

O resultado não foi favorável ao governo. As tropas continuaram sendo massacradas pela FRU e o contrato com a GSG foi desfeito fazendo com que as tropas da Frente continuassem a avançar até Freetown, gerando um clima de perdição e desolação no governo. Após ataques sangrentos, o governo não via mais saída naquele momento, uma vez que a ONU, Estados Unidos e Reino Unido negaram o chamado do governo serra-leonino para intervenção (SINGER, 2008).

Nessa situação, o governo contrata a Executive Outcomes (EO) para retomada do controle da guerra em questão, e é fato que essa contratação teve mediação de um dos magnatas do minério que atuava no país, Anthony Buckingham. Ele financiou os serviços da EO, uma vez que o estado não tinha condições para bancar o contrato inicial de quase 15 milhões de dólares, se acumulando em mais de 35 milhões de dólares. Obviamente o maior interesse de Buckingham era garantir o poder do governo em troca de ter a concessão de atuação da sua empresa na região de Kono, onde os rebeldes eram dominantes naquele momento (SINGER, 2008).

Em 1996, acontece um golpe em que Strasser é deposto ocasionando assim, eleições abertas tendo como resultado a vitória de Tejan Kabbah, um ex-funcionário da ONU que mais tarde naquele ano, assina o acordo de paz de Abidjan, que encerra o conflito entre o governo e a FRU, transformando a Frente em um partido político. O acordo buscava o desarmamento, desmobilização e redução das forças armadas existentes no país. Além disso, nesse momento acontece a retirada da EO, já que Kabbah não tinha dinheiro para continuar o contrato, o que resultou no encerramento do contrato e fez com que o conflito retornasse entre a FRU e governo (KALDOR, VICENT, s.d.).

Após a prisão de Sankoh em 1997, aconteceu um golpe no governo orquestrado pelo Conselho Revolucionário das Forças Armada (CRFA), que foi um grupo formado por alguns membros da FRU e soldados rebeldes do governo. Nessa tomada de poder, ocorre a suspensão da constituição do país, com violência extrema e assassinatos em massa, o que causa diversas acusações internacionais, bem como fuga de serra-leoninos para outros países, incluindo Kabbah (KALDOR, VICENT, s.d.).

Naquele momento, uma força militar liderada pela Nigéria é enviada ao país para tentar apaziguar o conflito e desarmar as forças revolucionárias chamado Grupo de Monitoramento da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOMOG). Taylor continuava a financiar as ações da FRU até então e somado ao grande tráfico de diamantes que continuava a ocorrer no país e gerava lucros para o conflito, era quase impossível parar a guerra. O ECOMOG consegue tirar o CRFA do poder (VALENÇA apud AFONSO, 2021).

Já em 1999 a coalizão FRU e CRFA organizam ataques em Freetown, o que causa a morte de cerca de 6.000 pessoas e outras centenas feridas e mutiladas, entretanto a coalizão falha e o ECOMOG conseguem manter o controle na capital até que em julho do mesmo ano é assinado o Acordo Lomé. Ele previa o desarmamento, desmobilização e reintegração, além da criação de uma comissão de direitos humanos no país para a reconciliação das partes conflitantes. Uma missão das Nações Unidas foi formada como Missão das Nações Unidas em Serra Leoa (UNAMSIL) suas tropas somavam cerca de 11.000 soldados e agentes (KALDOR, V, s.d.).

Após estabelecido as missões de paz em Serra Leoa, a FRU apreendeu cerca de 500 agentes da paz nas fronteiras norte e leste do país, gerando revoltas na capital, organizadas por civis que demandaram a soltura desses agentes em frente a residência de Sankoh, ainda líder da FRU. Esse incidente causou cerca de 19 mortes e feriu várias outras, além de ser marcado com a fuga de Sankoh por de trás de sua residência vestindo roupas de mulheres (KALDOR, VICENT, s.d.). Logo após sua fuga, Sonkoh foi preso pelos ocorridos no incidente de sua residência, sendo indiciado a diversos crimes, como uso de crianças em guerras e conflitos,

crimes contra humanidade, genocídio, estupro, escravidão e escravidão sexual (SPECIAL COURT FOR SIERRA LEONE, 2003).

Com a prisão de Sankoh, a UNAMSIL aumenta ainda mais suas tropas para cerca de 13.000 agentes, libertando diversas pessoas sequestradas e entrando em acordos com Taylor. O comércio de diamantes é fortemente regulamentado, sendo que as Nações Unidas colocaram um embargo sobre todos os diamantes brutos provenientes da região, para que tenham certificado do governo serra-leonino. Ainda em 2000, é assinado um cessar-fogo no país, sob a mediação do ECOMOG em Abuja, na Nigéria. O acordo fez com que a FRU já enfraquecida, entregasse suas armas e liberasse todos seus soldados de seus postos, deixando ainda a UNAMSIL com livre acesso a todo o país, fazendo com que a Missão aumentasse ainda mais o número de agentes, chegando a 17.000 pessoas, se tornando naquele momento a maior Missão das Nações Unidas (KALDOR, VICENT, s.d.).

O final da guerra estava claro. Em 2002 é declarado seu encerramento e o país finaliza o processo de desarmamento e desmobilização. Uma nova eleição presidencial e parlamentar é feita, reelegendo o presidente Kabbah. Em 2005 o mandato da UNAMSIL acaba e é estabelecido um escritório das Nações Unidas em Serra Leoa, chamado de UNIOSL (KALDOR, VICENT, s.d.).

4. Análise Das Emps Em Serra Leoa

O conflito no país foi sem dúvidas uma atrocidade àquela população e cultura, com dezenas de milhares de pessoas mortas e milhões refugiadas, sua restauração não foi nada fácil. Durante todo esse contexto, foi articulado diversas manobras entre governo, FRU, CRFA, magnatas e políticos, com mediações e intervenções de específicas EMPs. É sobre essa relação que este tópico do trabalho vai tratar e como as intercorrências da guerra foram influenciadas por essas corporações.

4.1. Gurkha Security Group

A primeira empresa a atuar no país durante o conflito foi a Gurkha Security Group (GSG) em 1995, após o CNPR deliberar sobre a autorização do uso de EMPs que pudessem ajudar na segurança da capital Freetown. GSG é proveniente dos Gurkha, um nome dado a um grupo muito antigo de nepaleses que foram frequentemente recrutados para o exército britânico, por cerca de 200 anos. São combatentes bem conhecidos por serem corajosos e destemidos, além de serem famosos por suas habilidades com armas brancas (GURKHA WELFARE TRUST, s.d.). A vantagem que os Gurkhas veem nesse recrutamento junto à Grã-bretanha é exclusivamente econômico, uma vez que o governo britânico paga para eles o mesmo salário que os próprios soldados britânicos recebem, além de cerca de 30 milhões de libras esterlinas por ano, para soldados aposentados provenientes do Nepal (VINES, 1999).

A GSG foi contratada inicialmente para treinar as Forças Armadas da República de Serra Leoa (em inglês Republic of Sierra Leone Military Forces – RSLMF), mas também para assegurar as minas de diamantes contra os rebeldes invasores. Segundo Vines (1999, p. 125), na carta de serviços da empresa se encontra a seguinte descrição:

A prestação e gestão de serviços de vigilância tripulada em áreas hostis, a fim de salvaguardar pessoal, instalações, equipamentos e veículos; formação em segurança e gestão de mão-de-obra especializada em segurança; proteção estreita de VIPs e pessoas sob ameaça de vida; fornecimento de equipamentos e materiais de segurança; eliminação de munições explosivas e munições não detonadas, remoção de minas terrestres, tanto em áreas urbanas como rurais, incluindo: a localização e eliminação de munições enterradas; pesquisas sobre minas terrestres e munições não detonadas; pesquisas subterrâneas e profundas; autorizações de rota; treinamento especializado de pessoal indígena na remoção de minas terrestres e artefatos explosivos; inspeções de controle de qualidade das operações de desembarço; e a supervisão e controle das operações locais.⁴

⁴ No original “the provision and management of manned guarding services in hostile areas in order to safeguard personnel, installations, equipment, and vehicles; security training and the management of specialist security manpower; close protection of VIPs and persons under threat of their lives; supply of security equipment and materials; EOD operations, and unexploded ordnance (UXO) and landmine clearance, in both urban and rural areas, including: the location and disposal of buried ordnance; landmine and unexploded ordnance surveys; subsurface and deep subsurface searches; route clearances; specialist training of indigenous personnel in the clearance of landmines and explosive ordnance; quality control inspections of clearance operations; and the supervision and control of local operations.”

A GSG era comandada por Bob Mackenzie, um major que liderava um time de cerca de 60 oficiais da empresa e não apenas fazia treinamentos com soldados serra-leoninos, mas também assegurava a principal base militar do país, Camp Charlie, em que no momento se encontrava em constante ameaça e ataques das forças rebeldes. Em 1995, a GSG se filiou a um grupo de mercenários bielorrussos para fazer ataques nas localizações em que se encontravam membros da FRU (VINES, 1999).

Mackenzie e sua tropa buscavam uma localização dentro das florestas do país para executarem seus treinos, onde acabaram encontrando uma concentração de membros da FRU. Nesse momento ocorreu um combate que se encerrou com soldados da GSG e o Major Mackenzie mortos e desmembrados. O CNPR solicitou que a GSG organizasse um ataque na FRU, entretanto o grupo militar se recusou a tomar uma frente ofensiva em relação ao grupo rebelde, principalmente pelo fato de tal solicitação de serviço não fazer parte do contrato. A empresa naquele momento não foi contratada para atacar o grupo ativamente, mas sim apenas proteger, treinar e dar suporte.

Com a recusa da GSG em fazer tal ofensiva e a RSLMF não estar preparada para proteger e retomar territórios pertencentes à mineradoras atuantes no país, o governo então encerra o contrato com a empresa e parte para alternativas. Sieromco e Sierra Rutile, duas mineradoras atuantes no país, entram em contato com a Special Projects Service Limited (SPS), que garante cerca de 400 ex-soldados britânicos para atuarem na proteção de seus territórios em Serra Leoa, entretanto com o grande custo da guerra e com as instabilidades do momento, a empresa decide esperar e não atuar no conflito (VINES, 1999)

Apesar da presença da GSG em Serra Leoa ser de curta duração, não completando nem um ano de atuação, sua utilização foi muito representativa no conflito. Pelo lado do governo e das grandes corporações de diamantes, a empresa cumpriu um papel satisfatório sobre seus serviços, entretanto ela representa a busca por oportunidade em momentos de conflitos, principalmente pelo fato de após sua saída, o grupo tentou retornar diversas vezes para o país. Segundo Vines (1999) o Grupo tentou a formação de uma *joint venture* (quando duas ou mais empresas se

juntam para formar uma outra) com a Sandline International e voltar a atuação em Serra Leoa, assim como sondava o conflito até o final.

A maior consequência que a contratação da GSG trouxe para o país talvez tenha sido o próprio entendimento de que o governo, representado pelo CNPR, teria capacidade de fazer. Ao ser negada a solicitação de ataque ostensivo à FRU, o governo entende que a partir desse limite a empresa contratada precisava possuir uma atuação mais forte e robusta no conflito. Pode-se dizer que a GSG abriu portas para uma abordagem mais ostensiva e agressiva das EMPs, como fica explícito na atuação da EO durante seu contrato com o governo.

Além disso, é o início de uma análise crítica do uso das EMPs e da intervenção da Grã-Bretanha em Serra Leoa, uma vez que a GSG era diretamente ligada ao governo britânico, devido aos seus soldados serem, em grande parte, oficiais aposentados do país europeu.

4.2. Executive Outcomes

Strasser, líder do país e da CNPR naquele momento, precisava de uma forte frente de combate contra os rebeldes e a Executive Outcomes entra casualmente associada a Branch Energy, que estava diretamente ligada a EO como afirma Rupert (1999) e como fica claro para vários estudiosos do conflito. A Branch Energy possuía vínculo com a EO e seus representantes fizeram um acordo com Strasser para que pudessem financiar o pagamento da EMP em questão, se a Branch pudesse fazer utilização dos territórios ricos em diamantes para exploração. Nesse caso, a EO teria incluída na sua carta de serviços, não apenas apoio e treinamento militar, mas também atuaria em conflitos frente a FRU ativamente.

O acordo previa que a Branch Energy atuaria em uma região com potencial de US\$1,2 bilhão, contendo 2,7 milhões de quilates em diamantes por 25 anos de licença. A empresa teria 60% dos lucros, sendo 30% destinados ao governo e os 10% restantes a negócios de interesses entre os dois atores. Além disso, a EO teria um pagamento de US\$2 milhões por mês (DOUGLAS, 1999). Já no momento das negociações, fica claro como os interesses de grandes corporações se mesclam à corrupção do governo. O governo detinha e redirecionava a maior parte da receita

proveniente da ação de empresas mineradoras para benefício de seus próprios agentes, tudo isso envolvendo a dinâmica de atuação das EMPs.

A EO foi fundada em 1989 como um braço estratégico da Força de Defesa da África do Sul (FDAF) e atua em diversos conflitos no continente africano, se tornando umas das EMPs mais fortes e conhecidas no ramo de tais negócios. Segundo Peach (1999, p. 85) sua carta de serviços incluía as seguintes descrições:

Serviços de apoio para operações de guerra clandestinas; formação de combatentes pela liberdade (por outras palavras, forças insurgentes); aquisição de qualquer arma e equipamento; realização de ações clandestinas de sabotagem; condução de operações específicas de assédio nas áreas de retaguarda inimigas; realização de operações de propaganda política e travar guerra de guerrilha total atrás das linhas inimigas.⁵

Apenas de se observar e comparar as cartas de serviços entre a GSG e EO, fica claro a diferença no posicionamento que as duas tomam em relação ao conflito. A GSG possui uma abordagem muito mais voltada a suporte, apoio, treinamento e segurança ativos importantes, enquanto a EO está muito mais voltada à operações ativas de fortemente vinculadas a estratégias de combates frente ao inimigo, tenho uma abordagem mais violenta e hostil.

Quando a EO entrou em ação, o governo e a RSLMF estavam muito enfraquecidos, com um cerco na cidade de Freetown organizado pela FRU, além de territórios de grande atividade mineral da mesma forma dominados pela Frente Revolucionária. Assim a EO traçou uma estratégia junto ao governo e a Branch Energy, de três objetivos e etapas.

A primeira delas era um embate em Freetown para que o domínio do cerco voltasse para as mãos do governo e do CNPR, utilizando um arsenal bem diversificado de armas e equipamentos, como grandes veículos armados e dois helicópteros. Nesse embate foram mortos cerca de 200 membros da FRU e outros 1000 desertores (DOUGLAS, 1999). Os oficiais da empresa não utilizavam bandeiras ou qualquer identificação, fazendo com que os rebeldes não soubessem quem estavam os atacando, principalmente pelo fato de que foi a primeira vez que

⁵ No original: “support services for “... *clandestine warfare operations*”; training of “... *freedom fighters*” (in other words, insurgency forces); procurement of “... *any*” weapons and equipment; the conducting of “... *clandestine sabotage actions*”; conducting of “... *specific harassment operations within enemy rear-areas*”; conducting of “... *political propaganda operations*”; and waging of “... *total guerrilla warfare behind enemy-lines*.”

helicópteros eram usados em combate durante a guerra civil do país. As tropas da FRU recuaram não só da cidade, mas também mais de 120Km floresta adentro.

Após esse embate, uma vez que a FRU descobriu a existência de uma EMP atuando no conflito, eles colocaram uma recompensa em cerca de US\$75.000 para quem conseguisse derrubar um avião da EO (SINGER, 2008). Nesse momento a FRU havia contratado dois mercenários para o cumprimento dessa tarefa, entretanto logo eles foram embora devido às condições de trabalho e falta de organização da Frente (DOUGLAS, 1999). Esse momento mostra como a EO conseguiu desequilibrar a Frente, e como a FRU tentava desesperadamente superar as forças do governo.

Após o combate, a cidade voltou ao domínio do Conselho e foi a primeira vez que as forças do governo tinham uma performance a seu favor. Esse evento com certeza trouxe grande credibilidade para a EO, fazendo com que ganhasse mais confiança e influência dentro do governo.

A segunda etapa foi a retomada das áreas ocupadas pelos rebeldes em Kono, que possuía grande interesse das empresas mineradoras, principalmente a Brench Energy. Em junho de 1995, a EO enviou tropas e material bélico para o local, da mesma forma em que atuou na capital, não havendo muitas dificuldades em retomar a área e se criou um segundo contrato para que a companhia mantivesse presença no local para assegurar a área e retomar as atividades da Sierra Rutile, a mineradora de grande importância para o governo que traria lucros e pagaria parte do financiamento da própria contratação da EO (DOUGLAS, 1999).

Como terceira etapa, a EO localizou e destruiu a sede de concentrações da FRU em dezembro daquele ano, que ficava a alguns quilômetros da capital, fazendo com que Freetown ficasse livre de vez das forças rebeldes (DOUGLAS, 1999). Ao passar dessas operações, Sierra Rutile voltou a funcionar e gerar lucros ao governo, que utilizaria essa renda para os pagamentos da EO. Fica fácil perceber os interesses sobre as áreas mais importantes para o governo e as empresas e como as decisões foram tomadas a fim de favorecer a retomada de lucro e poder dos atores envolvidos.

Após esse período, a EO começou a treinar um grupo de guerreiros do país, que se encontravam morando nas florestas, que eram chamados de Kamajors. Eram nativos extremamente capacitados e tinham grande conhecimento das áreas do país. Os Kamajors se aliaram com algumas milícias existentes em Serra Leoa e se tornaram um grande grupo, com grande poder militar e político (SINGER, 2008). Entretanto, esse não era um grupo controlado pelo Estado, e sim um grupo que foi ganhando independência em suas ações à medida que a EO dava suporte e treinamento. Mais tarde ele seria conhecido como Força de Defesa Civil (FDC), que não teria controle nenhum do governo tornaria mais complexa ainda a situação no país (AFONSO, 2021).

Com a FRU extremamente enfraquecida, foi a primeira vez que a Frente teve negociações com o governo para assim então realizar eleições em fevereiro de 1996 que trouxe ao poder Ahmed Tejan Kabbah. O novo presidente então desfez o contrato com a EO, principalmente por falta de dinheiro para continuar seguindo o contrato e pela promessa da vinda de uma operação de *peacekeeping* da ONU, que mais tarde veio a não se realizar. No lugar da operação da ONU, entrou no país a ECOMOG que atuaria na tentativa de um apaziguamento dos conflitos (AFONSO, 2021).

O uso da EO durante a guerra civil em Serra Leoa trouxe sim certa estabilidade para o governo, deixando-o em uma posição antes não vista durante o conflito. Fez com que pela primeira vez as forças do governo tivessem resultados positivos e tiveram a retomada total da capital, bem como uma grande retirada da FRU para as fronteiras. Entretanto, como Hirsch (2008) aponta em seu texto, a EO deixou claro várias vezes durante seu contrato que a partir do momento que não houvesse mais dinheiro para seu pagamento, a companhia pararia suas atividades e se retiraria do país, e foi justamente o que aconteceu quando Kabbah entrou no poder. Hirsch também argumenta que essas empresas não seguem uma linha de moralidade democrática e servem apenas àqueles que podem pagá-las, dessa forma é impossível garantir que em um ambiente velado, ou seja, “por detrás dos panos” essas companhias ajam de acordo com a competitividade do mercado e estejam comprometidas apenas com suas operações.

No caso da EO, Adamo (2020) mostra como a EMP trouxe alguns problemas na sua utilização, como a própria insurgência dos Kamajors, posteriormente FDC, isso pois a própria contratação de companhias que atuam como exércitos gera um movimento de competitividade entre os atores do conflito, fazendo com que aumente a tensão. Esse fenômeno ocorre principalmente pela grande diferença de salário que os soldados privados recebem, comparado ao que os soldados do governo recebem. Os soldados privados possuíam uma qualidade de vida muito melhor, ganhavam mais e possuíam mais benefícios. Além disso, ocorreu uma falta de confiança dos militares junto ao governo, pela própria utilização das EMPs, o que alimenta as insurgências da FDC e CRFA, por exemplo.

Durante os ataques em Freetown, foram reportados diversos casos de civis mortos e hospitalizados pelas ações da EO, mostrando que a companhia não seguiu as diretrizes dos direitos humanos e agiu por conta própria, da maneira que fosse mais conveniente. Da mesma forma, isso está ligado a falta de transparência financeira do que era utilizado e gasto pelo governo e a EO, pois tudo era mascarado e acobertado, principalmente para instituições internacionais, não se sabendo exatamente o que foi gasto além do que estava no contrato e nem como os atores foram beneficiados com os desvios ocorridos (ADAMO, 2020).

4.3. Sandline International

Em 1997, após a saída da EO, houve um grande ataque em Freetown que quebrou o acordo entre o governo e os rebeldes, resultando em um grande massacre e trouxe grande instabilidade no local. O ataque foi orquestrado pela CRFA que deu um golpe de estado no governo e passou a comandar o país. Essa foi a deixa para Kabbah contratar uma nova EMP, a Sandline International.

A Sandline foi contratada principalmente com objetivo de treinar e dar suporte a partir de equipamentos e análises estratégicas para o exército do país e a FDC, como uma forma de tentar manter a FDC perto do governo para evitar qualquer insurgência. Além de trazer de volta Kabbah, que naquele momento se encontrava em exílio fora do país, para retomar o poder. O contrato assinado entre Kabbah e a Sandline era de US\$ 10 milhões e traria cerca de 300 toneladas de

armas para o conflito, além de usar a maioria das táticas e estratégias já implementadas pela EO anteriormente (DOUGLAS, 1999; SINGER, 2008).

O maior financiador da Sandline em Serra Leoa foi Rakesh Saxena, um banqueiro indiano, indiciado por peculato, que tinha grande interesse nas minas de diamantes de Serra Leoa. Kebbah fez um acordo com Saxena de providenciar concessões para operações de mineração no país, enquanto Saxena financiaria o uso da Sandline em cerca de US\$5 milhões (DOUGLAS, 1999). De acordo com Douglas (1999), a carta de serviços proposta pela Sandline no país eram “planos de contingência para possíveis operações militares; acordos de coordenação entre a Força de Defesa Civil e a ECOMOG; ligação entre o governo de Kabbah em Conacri, a ECOMOG na Serra Leoa, e a ECOMOG e a FDC”.

As operações da Sandline foram consideradas um sucesso, uma vez que a capital havia sido retomada pelo governo e Kebbah estava de volta ao país. As forças rebeldes mais uma vez foram redirecionadas às fronteiras do país. Entretanto, a empresa foi acusada de violar o embargo imposto pela ONU, que determinava a não entrada de armas no país. A acusação foi feita pela embaixada britânica que mais tarde foi desmentida pela própria Sandline, mostrando que o próprio Ministério de Assuntos Exteriores britânico tinha conhecimento do envio dessas armas, trazendo diversos problemas para o ministro da época (SINGER, 2008). Em 1999, Sam Kiley deixa uma passagem interessante sobre a relação Sandline-Grã-Bretanha-Serra Leoa:

Quer Sandline estivesse ou não a implementar a política britânica naquele momento, é bastante claro que deveria sê-lo agora... A redistribuição de mercenários nesta nação arruinada seria um ato de política externa genuinamente ética (DOUGLAS, 1999, p. 195).⁶

Esse evento trouxe grande holofote para a relação entre a Grã-Bretanha e a Sandline, deixando claro que a empresa tinha total apoio britânico para sua atuação no país, apesar do embargo imposto.

A partir da análise feita sobre a atuação das três EMPs em Serra Leoa, a tabela 1 abaixo, sumariza quais os maiores impactos causados por elas, assim como os valores dos contratos fechados, mesmo que sendo apenas uma estimativa:

⁶ No original: “Whether or not Sandline was implementing British policy then, it is quite clear that it should be now ... The redeployment of mercenaries in this blighted nation would be an act of genuinely ethical foreign policy.”

Tabela 1 – Relação de EMPs, contrato e seus impactos

EMPS	Contrato	Impactos
Gurkha Security Group	...	Abriu oportunidades para maior intervenção e uso de força da EO durante o conflito
Executive Outcomes	US\$2 milhões/mês	Fez com que houve um aumento na Insurgência de outros grupos rebeldes; vários civis mortos e feridos não declarados e sem responsabilização; falta de transparência financeira
Sandline International	US\$10 milhões	Maior canal de influência da Grã-Bretanha sobre Serra Leoa

Fonte: Elaboração própria

5. Considerações Finais

A guerra civil de Serra Leoa possui vários agravantes e até hoje se mostra como um momento histórico de difícil abordagem, devido a algumas divergências de autores e por uma dificuldade em analisar o que realmente aconteceu nos pormenores do conflito. Entretanto alguns pontos se confirmam de forma clara, como o grande interesse pela exploração de diamantes do local, bem como a enorme corrupção que assolava, e ainda se faz presente, o país.

As EMPs envolvidas tiveram um papel importante na guerra, trouxeram vitórias para o governo e fizeram com que grande parte do território fosse tomado de volta pelas instituições no poder. A FRU, como principal força rebelde ao governo, teve grande domínio no país em certo momento, já que o governo não possuía aparato nem técnicas para superá-la. Com a contratação das companhias militares, o governo se mostrou como uma nova ameaça aos ataques da Frente.

Entretanto fica claro que todas as empresas militares utilizadas eram financiadas e garantidas por um grande interesse na exploração de diamantes. Talvez não diretamente, mas eram articuladas por grandes corporações que tinham

uma visão totalmente exploratória e sem nenhum senso de proteção do país e dos civis presentes nos conflitos.

A GSG, primeira empresa a atuar na guerra e a que o fez por menor tempo, teve sucesso em suas operações, entretanto após sua saída tentou diversas vezes voltar a atuar, isso por grande interesse das grandes corporações de diamantes e por buscar lucro nas suas operações. A empresa não atuou de forma ostensiva no combate, mas seus grandes feitos fizeram com que o governo entendesse que era necessária uma empresa que pudesse entregar esse tipo de serviço de forma eficiente, levando a contratação da EO.

A EO foi a EMP com mais polêmicas a atuar no país, atuando na linha de frente de combate, sendo acusada de não respeitar regulamentações de guerra, matar e ferir civis, agir de forma financeiramente irregular, além de provocar insurgências de outros grupos rebeldes, como os Kamajors, posteriormente FDC. A própria utilização da EO no país aumentou o nível de competitividade das frentes rebeldes e a deserção de soldados do exército estatal.

A Sandline atuou de maneira mais estratégica e foi essencial para o governo na retomada da capital, entretanto suas acusações de violação do embargo da ONU e envolvimento com o Ministério de Relações Exteriores da Grã-Bretanha confirma o interesse britânico nas reservas de diamantes do país e sua intervenção no conflito.

Fica claro que havia intervenção de países centrais no conflito, nesse caso da Grã-Bretanha, principalmente com interesses econômicos provenientes da exploração de diamantes, e se utilizava como justificativa o apaziguamento do conflito para que aquele país pudesse voltar à paz. Uma verdadeira falácia, uma vez que suporte internacional foi diversas vezes negado pelos países para interferirem no conflito, entretanto se utilizavam de agentes privados para intervir de forma a acobertar os verdadeiros interesses por trás dos panos.

É importante entender o contexto em que Serra Leoa se encontrava no momento da guerra civil, mas não exclusivamente, esse raciocínio vale para tantos outros países periféricos com grandes problemas sociais, políticos e econômicos. Um país com instituições totalmente fragilizadas, corrupto e totalmente entregue a grandes corporações mineradoras e tráfico ilegal de diamantes, não possui

capacidade ostensiva de combate e de controle de sua população. As EMPs entram nesse momento para atuarem como braço institucional que o governo não consegue prover, atuando de maneira independente, apesar de um contrato, porém sendo uma empresa, segue um *hall* de acionistas sedentos por lucro.

Assim, o uso das EMPs em Serra Leoa traz um reflexo do interesse capitalista encoberto por conflitos e mortes, em que a exploração por recursos naturais em países já tão abalados, se faz extremamente atrativa. Países centrais, e nesse caso a Grã-Bretanha, buscaram não intervir de forma ativa, pelo menos inicialmente, no conflito, mas isso não significa que não estavam atuando. Pode-se dizer que as EMPs se encaixam nas novas formas de se fazer guerra, em que os Estados se neutralizam de decisões, se aproveitando de braços privados, com grande capacidade técnica, militar e estratégica e assim se tornando extremamente atrativas para as partes conflituosas, com uma grande promessa de vitória. Mas na verdade não existe parte vitoriosa. Existe a que perde mais e a que perde um pouco menos.

6. Referências Bibliográficas

ADAMO, A. **Mercenaries or Peacekeepers? Comparing Executive Outcomes and ECOMOG in Sierra Leone**. *Africana Studia*. Ed. 33. Universidade do Porto. 2020

AFONSO, L. B. **As empresas militares privadas nas novas guerras: o exemplo de Serra Leoa**. *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*. Universidade Federal Fluminense. 2021.

COLIER, P. **Doing well out of war: an economic perspective**, n **M Berdal and DM Malone** (ed.), *Greed & grievance: economic agendas in civil wars*, Lynne Rienner Publishers, Boulder, 2000.

DOUGLAS, I. **Fighting for diamonds – Private military companies in Sierra Leone**. Institute for Security Studies. Chapter 9. Canada, 1999.

FEARON, J. D. **Primary commodity exports and civil war**. *Journal of Conflict Resolution*, vol. 49, no. 4. 2005.

BARROS FILHO, G. S. **Recursos naturais e conflitos civis: Um estudo de caso sobre o conflito dos diamantes em Serra Leoa no período de 1991 a 2002**. Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 2015.

FUCHS, A. E. **Searching for Resources, Offering Security... Private Military Companies in Sierra Leone**. Em KUMEL. G. JAGER, T. Private Military and Security companies. Janeiro, 2007.

GOMES. A. D. **A terceirização da guerra e a atuação das Empresas Militares Privadas: o caso colombiano**. Universidade de São Paulo. 2023.

Google Maps. Serra Leoa. Disponível em:

<https://www.google.com.br/maps/place/Sierra+Leone/@8.4228045,-13.1570664,8z/data=!3m1!4b1!4m6!3m5!1s0xf0106183aabf343:0x5369e9cdc72cf719!8m2!3d8.460555!4d-11.779889!16zL20vMDZzXzI?entry=ttu>. Acesso em 11 de novembro de 2023.

HILLEBRAND, G. R. L. **A Privatização da Guerra? A participação das Empresas Militares Privadas em Conflitos Armados e o Papel do Estado Enquanto Ator Internacional**. Centro Universitário de Brasília. Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. Brasília, 2014.

HIRSCH, J. L. **War in Sierra Leone**. Survival, Global Politics and Strategy. 2008

JANG, Y. **The causes of the Sierra Leone Civil War**. E-International Relations. 2012.

KALDOR, M. VINCENT, J. **Evaluation of UNDP Assistance to Conflict-affected Countries – Case Study Sierra Leone**. UNDP

NASSER, R. M. PAOLIELLO, T. O. **Uma Nova Forma de se Fazer a Guerra? Atuação das Empresas Militares de Segurança Privada contra o Terrorismo no Iraque**. Revista de Sociologia e Política. V. 23. N. 53. Pag. 27-46. 2015.

PAOLIELLO, T. O. **O padrão de atuação das empresas de segurança privada: o caso de Angola**. PUC-SP, 2011.

PAOLIELLO, T. O. **Anatomia de Uma Empresa Militar e de Segurança Privada: A Empresa Dyncorp em Perspectiva Global**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2016.

PAOLIELLO, T. O. **Uma genealogia das empresas militares e de segurança privada: a trajetória da empresa DynCorp frente à formação do “mercado da força” nos Estados Unidos**. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 13, n. 32, e0112, jan./abr. 2021.

PATTISON, J. **Just War Theory and the Privatization of Military Force**. Cambridge University, 2011.

PEACH, K. **Executive Outcomes – A corporate conquest**. Institute for Security Studies. Chapter 5. Canada, 1999.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório 2021/2021, Maio de 2023.

RUPERT, J. **Diamond Hunters Fuel Africa's Brutal Wars**. Washington Post Foreign Service. Página A1. 1999.

SINGER, P. W. **Corporate Warriors: The rise of the Privatized Military Industry**. Ithaca: Cornell University Press, 2008.

SIPRI. Stockholm International Peace Research Institute. **Military expenditure database**. 2011.

THE SPECIAL COURT FOR SIERRA LEONE. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20120719181554/http://www.scsl.org/LinkClick.aspx?fileticket=Aehotqx6IAA%3D&tabid=187>>. Acesso em 08 de outubro de 2023.

UESSELER, R. **Guerra como prestação de serviço: a destruição da democracia pelas empresas militares privadas**. São Paulo, 2008.

VINES, A. **Gurkhas and the private security business in Africa**. Institute for Security Studies. Chapter 7. Canada, 1999.

World Bank. **World Development Indicators**. Disponível em: <<https://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/>>. Acesso em 11 de novembro de 2023.